

EUROPA



Editorial

SERÁ DESTA?

Elite Estrela*

No dia 4 de Novembro, vai ser eleito o novo Presidente dos Estados Unidos da América (EUA). Os analistas políticos convergem na previsão da vitória de Barack Obama. Espero que tenham razão. O candidato democrata merece e o mundo ficará a ganhar. Obama é jovem e inteligente, tem boa imagem e é um orador brilhante. Inspira confiança e convida ao sonho. Ele próprio simboliza o "dream" anunciado por Luther King. Ele é um político da nova geração, "como não se via há anos", segundo o Washington Post. Mas o senador de Illinois é mais do que isso. Quem ganhou uma duríssima campanha contra Hillary Clinton, uma mulher extraordinária, inteligente e bem preparada para ser Presidente, tem de ser especial. Ao longo de um ano, na longa corrida para a Casa Branca, Obama foi escrutinado pelos media e pelos cidadãos de todas as latitudes, porque a eleição do Presidente dos EUA não interessa apenas aos americanos, e passou no teste.

As sondagens valem o que valem, como se costuma dizer, mas tendem a acertar. Ora, os números são muito favoráveis a Obama. Tudo leva a crer vai vencer na Virgínia, no Colorado e no Nevada (Estados que votaram Bush em 2004). Tem registado vantagens também no Ohio (onde fez campanha porta a porta) e na Florida. E, claro, tem todas as probabilidades de ganhar os Estados em que Kerry foi o vencedor. No colégio eleitoral, o próprio estrategista de Bush reconhece que Obama já ultrapassou os 270 votos necessários para a eleição.

O recente apoio de Colin Powell, ex-Chefe das Forças Armadas e ex-Secretário de Estado de Bush, em 2001, vai certamente contribuir para consolidar esta tendência favorável. Pelo que representa e pelo prestígio de que goza entre os republicanos e os militares, o herói da Guerra do Golfo pode influenciar muitos indecisos. Embora seja amigo de McCain, Colin Powell não se limitou a anunciar o seu voto no candidato democrata. Foi mais longe, dizendo que Obama "é uma figura transformadora, é uma nova geração a emergir no palco mundial, no palco americano". E acrescentou que a sua vitória "não irá apenas electrizar a América, irá electrizar o mundo". É o que já está a acontecer. O que aconteceu em Berlim e o que está a acontecer nos próprios Estados Unidos é, de facto, algo de novo no panorama político mundial.

Não admira, portanto, que as sondagens dêem considerável vantagem a Obama. Tudo leva a crer que é desta que os americanos vão escolher um Presidente negro. Mas até à contagem dos votos, "é vindima". E há a síndrome das eleições de 1980, quando Reagan ganhou a Jimmy Carter, não obstante as sondagens, 15 dias antes, darem a Carter uma vantagem de 8 pontos.

Na minha opinião, o mundo só tem a ganhar com a eleição de Obama. Não só porque tem melhores ideias para combater a crise, mas também porque dá mais garantias de estar disposto a travar as alterações climáticas. O que não é despendendo, tendo em conta que os EUA são o maior consumidor de energia e de matérias-primas e o maior poluidor à escala global. Se Obama ganhar, há sérias possibilidades de se chegar a um acordo internacional de combate às alterações climáticas, no próximo ano, na Conferência de Copenhaga.

O mundo precisa de lideranças fortes. Pessoas de convicções e determinadas. Que inculquem confiança. E em Obama, o slogan da mudança rima com confiança e esperança. Como afirmou John Kennedy (e que hoje parece premonitório): "as grandes crises produzem grandes homens e grandes actos de coragem". Estou certa de que Obama é um grande homem e espero que os americanos ultrapassem preconceitos atávicos e tenham a coragem de o eleger. É a hora!

*Presidente da Delegação Portuguesa no PE

PARLAMENTO QUER MINIMIZAR RISCOS DE NOVA CRISE FINANCEIRA

O Parlamento Europeu aprovou dois relatórios de deputados socialistas com recomendações para melhorar a regulação dos mercados financeiros, de forma a minimizar os riscos de ocorrência de uma crise como a que actualmente está a atingir duramente todo o mundo. Os relatórios, um deles da autoria do presidente do Partido dos Socialistas Europeus, Poul Rasmussen, foram aprovados por amplas maiorias e constituem uma resposta do Parlamento à situação de crise financeira e económica na Europa. Do lado dos socialistas portugueses, destaque para as intervenções sobre este tema dos deputados Manuel dos Santos e Elisa Ferreira.

Poul Rasmussen defende no seu relatório que a União Europeia precisa de uma melhor regulamentação, mais coerente e harmonizada, aplicável a todo o espaço comunitário. O relatório preconiza a adopção de medidas legislativas para melhorar proteger os investidores e salvaguardar os mercados financeiros, a criação de um organismo europeu de supervisão das agências de notação de crédito e ainda a obrigatoriedade de, no âmbito dos planos de pensão profissionais, ser transmitida a informação adequada sobre o tipo e o risco dos investimentos com as respectivas pensões.

O relatório chama a atenção para o facto de várias instituições internacionais, da União Europeia e diversos Estados-membros terem alertado, muito antes da actual crise financeira, para os riscos existentes com os fundos de retorno absoluto (*hedge funds*) e com as participações privadas (*private*



Manuel dos Santos e Elisa Ferreira criticaram a Direita por sempre ter impedido uma intervenção reguladora do Estado no sistema financeiro



equities) no que respeita à estabilidade financeira, às normas de gestão de riscos, ao endividamento excessivo e à determinação do valor de instrumentos financeiros ilíquidos e complexos.

Ao intervir sobre este tema, Manuel dos Santos afirmou que o relatório Rasmussen poderia ter sido aprovado há seis anos atrás, se não fosse a oposição da direita parlamentar, composta essencialmente pelo PPE e pelos Liberais. "Há seis anos alguns de nós tentaram levantar esta questão da regulação dos *hedge funds* aqui no Parlamento Europeu e, sistematicamente, a maioria formada pelo PPE e pelos Liberais impediu o Grupo Socialista de trazer este problema para os debates", afirmou

Manuel dos Santos.

Na sequência da aprovação do relatório Rasmussen, foi aprovado um outro relatório sobre a supervisão dos mercados financeiros, em que o Parlamento Europeu faz novas recomendações à Comissão Europeia.

O Parlamento solicitou à Comissão que apresente até final do ano uma ou mais propostas legislativas que cubram as questões abordadas nas recomendações pormenorizadas indicadas num relatório da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários. Entre outras medidas, trata-se de melhorar o quadro regulamentar dos serviços financeiros na União Europeia, para aumentar a transparência, melhorar a governação financeira e a supervisão de grandes grupos financeiros internacionais e assim evitar riscos sistémicos.

Elisa Ferreira, coordenadora do grupo do PSE para os Assuntos Económicos, considerou o relatório "uma peça central para melhorar a regulação e supervisão dos mercados financeiros na União Europeia".

A deputada acusou também aqueles que se opuseram a um mínimo de transparência, regulação e supervisão dos novos instrumentos financeiros de estarem hoje calados ou de terem mudado de discurso.

"Esperemos que a Comissão vá finalmente assumir as responsabilidades da iniciativa que lhe cabe, reforçando a solidez das instituições financeiras europeias e ajudando a devolver alguma confiança aos cidadãos", afirmou Elisa Ferreira.

LÍDERES QUEREM REFORMAR SISTEMA FINANCEIRO

Os líderes da União Europeia, reunidos em Bruxelas em 15 e 16 de Outubro e, antes, em Paris, defenderam uma reforma do sistema financeiro internacional e lançaram um plano de acção para estancar os efeitos negativos da crise, para impedir mais prejuízos na economia real.

Segundo afirmou o Primeiro-Ministro José Sócrates, os líderes europeus defendem "mais e melhor regulação, mais e melhor supervisão e mais transparência". "É o momento da Europa tirar conclusões desta crise e melhorar as instituições internacionais", disse, sublinhando a necessidade de dar uma resposta coordenada e ir mais além para limitar os efeitos que a



"O sistema financeiro terá de ter mais e melhor regulação, supervisão e transparência", disse José Sócrates

crise pode ter na economia real. O Primeiro-Ministro considerou ainda importante que uma das lições que se

podem tirar desta crise tem a ver com o ganho que houve em termos de integração europeia, já que a determinação dos líderes europeus em dar uma resposta rápida e concertada veio de novo demonstrar a importância que uma Europa forte pode ter na resposta a crises.

Assim, as propostas que foram apresentadas são no sentido de garantir a liquidez dos bancos e do mercado interbancário, criar entidades de supervisão dos mercados, reformar as instituições financeiras como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional e criar um sistema de alerta para prevenir eventuais riscos de crise nos mercados e nas economias.

Visto de Portugal

EUROPA À PROCURA DE UM RUMO NAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS



Glória Araújo
Deputada na AR

As últimas reuniões, do Conselho Europeu e do Conselho do Ambiente da UE, revelaram um clima difícil nas negociações que actualmente decorrem para o pacote de energia e alterações climáticas.

Sarkozy enfatizou a necessidade de se garantir um acordo até Dezembro, e, pelo menos oficialmente, a política dos 20-20-20 continua a ser uma prioridade.

A maioria dos Estados-membros é sensível ao argumento de que falhar nesses objectivos equivaleria a perder o papel de liderança que a UE tem protagonizado nas políticas para as alterações climáticas. E alguns cientistas e especialistas da matéria continuam a defender que existe um ponto de não-retorno, ou pelo menos um ponto a partir do qual as consequências se tornam muito mais graves do que as que já previsivelmente teremos de enfrentar, e que esse patamar pode ser atingido dentro de poucos anos.

Por tudo isto, o Conselho Europeu reafirmou o objectivo de um acordo global sobre o dossier "energia/alterações climáticas" antes do final do ano, a tempo de a UE se apresentar na conferência das Nações Unidas que arranca a 1 de Dezembro em Posnan, na Polónia, com uma posição forte nas negociações internacionais que arrancarão em 2009 para a renovação do acordo mundial de protecção do clima – o Protocolo de Quioto – depois de 2012.

No entanto, e alguns dias depois, no Conselho de Ambiente, a contestação à estratégia europeia de combate às alterações climáticas assumida por alguns países na reunião do Conselho, foi amplificada pelos ministros do Ambiente de vários países da União. Além da Itália, que já tinha ameaçado com o seu veto, a proposta que está em cima da mesa não agrada à Bulgária, Hungria, Estónia, Lituânia, Letónia, Polónia, Roménia e Eslováquia. E a Alemanha, apoiada pela Áustria, revela-se inflexível na exigência da exclusão de uma série de sectores da indústria do mecanismo do leilão, de modo a preservar a sua competitividade internacional.

A crise financeira veio acabar por reforçar a posição dos países que entendem que a competitividade das suas indústrias pode sair prejudicada se forem adoptadas as medidas actualmente propostas pela Comissão Europeia.

Assim sendo, e mais ainda num contexto de recessão, não é de prever que se consiga atingir um acordo no calendário desejável a não ser que se adopte alguma flexibilidade. E isto passará, necessariamente, por algumas concessões que respondam às preocupações dos Estados.

Será um grande teste à capacidade negocial da presidência francesa, e muito trabalho espera Sarkozy até o ano acabar. Mas será também uma oportunidade que a União Europeia não pode desperdiçar, a de demonstrar que pretende continuar a assumir a liderança a nível global na questão ambiental, conseguindo alcançar uma cada vez maior coesão nas políticas europeias.

PARLAMENTO ENTRA NO COMBATE À OBESIDADE E EXCESSO DE PESO

O Parlamento Europeu quer proibir a venda nas escolas de alimentos com elevado teor de açúcar, de gorduras e de sal e passar a incluir a fruta e os legumes como parte integrante das refeições. O objectivo principal destas medidas e de outras que lhes estão associadas é combater a obesidade, que já afecta na Europa 5 milhões de crianças, e o excesso de peso, que atinge 22 milhões, devido aos maus hábitos alimentares. O problema, é que esta situação mostra tendência para se agravar.

O relatório sobre o Livro Branco para uma estratégia para os problemas ligados à nutrição, excesso de peso e obesidade foi aprovado por uma larga maioria, revelando assim a grande preocupação dos deputados europeus sobre uma situação que já fez disparar o sinal de alarme, designadamente devido aos inúmeros problemas de saúde que lhes estão associados, como referiu a deputada Edite Estrela, que interveio no debate na qualidade de relatora do parecer do Grupo do PSE na Comissão dos Direitos da Mulher.

De acordo com um relatório da Comissão do Ambiente e Saúde Pública do Parlamento Europeu, aos números já excessivamente elevados sobre aqueles problemas, prevê-se que, até 2010, possa haver mais 1,3 milhões de crianças com excesso de peso ou que se tornem



"Muitos pais nem sequer têm consciência do mal que fazem aos filhos deixando-os comer o que não devem", disse Edite Estrela

obesas. Daí que o Parlamento Europeu tenha considerado que a luta contra a obesidade e o excesso de peso seja uma das prioridades a nível da saúde pública, com uma intervenção a vários níveis, designadamente escolar, envolvendo os pais e a indústria alimentar.

A nível das escolas e dos infantários, além da proibição de venda de alimentos ricos em gorduras, sal e açúcar, pretende-se também que a actividade física seja integrada tendo em conta estas preocupações. Pretende-se também que o sector das frutas e legumes possa beneficiar de uma taxa de IVA muito reduzida, inferior a 5 por cento.

Por outro lado, o Parlamento defende que a informação dos rótulos dos ali-

mentos seja tão exaustiva quanto possível e que se introduzam restrições na publicidade de alimentos não saudáveis, particularmente a que é dirigida às crianças.

O Parlamento Europeu alerta ainda para o papel fundamental que os pais podem ter na educação nutricional da família e para o contributo decisivo que podem dar para evitar, através de uma escolha criteriosa dos alimentos, que os filhos

ganhem excesso de peso ou se tornem obesos.

Ao intervir, a deputada Edite Estrela considerou necessário fazer soar o alarme, pois a obesidade constitui uma das principais causas de morte e estão-lhe associadas muitas doenças crónicas como a diabetes, hipertensão, perturbações cardiovasculares, enfarte, problemas ósseos e articulares, doenças respiratórias e cancro.

"Muitos pais nem sequer têm consciência do mal que fazem aos filhos, deixando que passem o seu tempo livre em frente da televisão ou do computador, comendo o que não devem, sem qualquer tipo de acompanhamento ou controlo", afirmou.

APROVADO NOVO PACOTE PARA SEGURANÇA MARÍTIMA

O Parlamento Europeu aprovou o terceiro pacote de medidas para aumentar a segurança e a eficácia do tráfego marítimo, a segurança portuária e marítima, melhorar a



Jadim Fernandes considerou o Erika III fundamental para a segurança marítima

resposta das autoridades a acidentes ou a situações potencialmente perigosas no mar, incluindo operações de busca e de salvamento, e contribuir para uma melhor prevenção e detecção da poluição causada por navios.

Para o deputado Emanuel Jardim Fernandes, que interveio no plenário de Estrasburgo, o Pacote Marítimo Erika III é "fundamental" para a segurança marítima global, embora considere que "só o pacote na sua globalidade possa fazer com que "Erikas" e "Prestiges" não voltem a suceder".

A proposta sobre a investigação de acidentes, que deve ter uma metodologia comum para todos os Estados-membros, institui a obrigação de realização de inquéritos técnicos na sequência de incidentes marítimos graves e muito graves. O Parlamento Europeu pretende também que os passageiros sejam informados sobre os seus direitos antes da viagem e que seja estabelecido um nível mínimo de pagamento de adiantamentos para cobrir não apenas a ocorrência de falecimentos, mas também de lesões corporais graves e situações de invalidez permanente. Por outro lado, o novo regime de inspecção de navios no porto implicará um objectivo colectivo que consiste em inspeccionar todos os navios que fazem escala na União Europeia, com controlos mais numerosos para os navios de risco.

Emanuel Jardim Fernandes já foi relator de diversos relatórios sobre segurança marítima, entre os quais se destaca um sobre a responsabilidade civil dos transportadores de passageiros em caso de acidente e outro sobre a responsabilidade dos Estados de Bandeira.

VALORIZAR NAS TROCAS COMERCIAIS OBJECTIVOS SOCIAIS E DO AMBIENTE

O objectivo de liberalização do comércio internacional deve ser, em alguns casos, subordinado a objectivos mais importantes de natureza social e ambiental", afirmou o deputado Francisco Assis, membro da Comissão do Comércio Internacional, numa intervenção realizada no plenário de Estrasburgo.

O deputado interveio a propósito do acordo internacional para o comércio de madeiras tropicais, sublinhando que a preservação das florestas tropicais é essencial para o equilíbrio ecológico do planeta, o que permite afirmar "que as florestas tropicais são um verdadeiro património da humanidade".

Segundo afirmou, os países mais prósperos têm responsabilidades que não podem alienar, sublinhando que "se deve ir para além da retórica e prestar apoio concreto que vise o desenvolvimento dos países onde se encontram as florestas, particularmente os menos desenvolvidos, como ocorre na maioria dos casos.

"É imprescindível – disse – que os principais consumidores e as zonas mais prósperas como é o caso da União Europeia, se empenhem, por um lado, em acautelar a existência de mecanismos rigorosos de controlo do processo de exploração destas florestas e, por outro, em apoiar os países produtores".

Francisco Assis defendeu a adopção de medidas que incentivem o desenvolvimento e a transformação da estrutura produtiva daqueles países, de forma a poderem ter uma relação com as suas florestas e recursos "mais adequada aos seus interesses e mais de acordo com aquilo que são também os interesses globais da humanidade", disse, considerando ser essa "uma responsabilidade que a União Europeia tem".



Francisco Assis alertou para a sobreexploração das florestas, que atentam contra o equilíbrio ecológico do planeta

RIQUEZA E MELHOR SEGURANÇA NO IRAQUE ATRACTIVOS PARA INVESTIMENTO EUROPEU

Melhorias evidentes da situação no Iraque a nível da segurança e abundância de dinheiro particularmente proveniente dos lucros do petróleo, fazem hoje do país um importante pólo de atração para os investimentos estrangeiros, pela diversidade de oportunidades e pelas imensas necessidades de reconstrução tanto de infra-estruturas como a nível da Administração, referiram numa audição pública, em Lisboa, a deputada Ana Gomes e o embaixador da Comissão Europeia no Iraque Ilkka Uusitalo. “Está praticamente tudo por fazer no Iraque”, disse Ilkka Uusitalo na audição promovida por Ana Gomes, que recentemente viu aprovado no Parlamento Europeu o seu relatório sobre “O papel da União Europeia no Iraque”.

“Hoje a construção de um Iraque estável, democrático e próspero é do interesse de todos. Perante a evolução positiva de uma situação de segurança ainda frágil, cabe agora à comunidade internacional contribuir para que o Iraque consiga sair definitivamente da espiral de violência e miséria causada por anos de ditadura, guerras, ocupação, embargo e terrorismo”, afirma Ana Gomes na apresentação da audição.

Existem muitas zonas destruídas no Iraque, mas o esforço de reconstrução em algumas áreas é “notável”, basicamente



Ana Gomes promoveu uma audição com base no seu relatório sobre “O papel da União Europeia no Iraque”

devido à segurança que hoje existe, o que constitui um bom exemplo para o que pode ser feito noutras regiões do país com as mesmas condições. Mas há ainda muito por fazer em domínios como a construção de escolas, hospitais, vias de comunicação, infra-estruturas eléctricas e de saneamento, sectores fundamentais para o relançamento do país. Além disso, Ana Gomes sublinha particularmente a importância do apoio necessário para a criação de estruturas administrativas e de governação, para a construção de um Estado de Direito sólido, domínios onde igualmente há oportunidades, designadamente no âmbito da formação de quadros e transferência de

conhecimentos.

“A União Europeia deve intervir na ajuda da capacitação dos ministérios, do Estado de Direito, instituições, treino, formação dos quadros da Administração, para que o Estado funcione e os Direitos Humanos sejam respeitados”, afirma a deputada.

Actualmente, os rendimentos do petróleo ascendem a 70.000 milhões de dólares, o que dá uma confortável liquidez ao país para o seu

esforço de reconstrução. Além disso, abrirão em breve novos contratos para exploração de campos de petróleo e de gás. Por outro lado, em 21 de Janeiro próximo realizar-se-ão eleições provinciais, que tanto Ana Gomes como Ilkka Uusitalo consideram de extrema importância para testar a estabilidade do país.

O embaixador Uusitalo referiu ainda que a União Europeia sempre teve um relacionamento excelente com o Iraque, pelo que os seus Estados-membros devem envolver-se activamente na reconstrução do país. “Os americanos, chineses, russos, coreanos e outros já lá estão”, afirmou.

Visto de Bruxelas

CENÁRIOS ENERGÉTICOS NO CENTRO DAS ATENÇÕES



Joel Hasse Ferreira
Deputado no PE

A - A discussão sobre cenários energéticos progride. Depois de um vasto estudo supervisionado por mim próprio e a partir da 2ª fase, também por um colega popular sueco, estabelecemos, utilizando as capacidades técnicas e as competências científicas do “Danish Board of Technology”, cenários europeus para 2030 e anos futuros, no plano energético.

Para os Estados bálticos, escandinavos, para o norte da Polónia, e da Alemanha, bem como para parte da Rússia, estudam-se actualmente cenários energéticos para a região envolvente do Mar Báltico. Participei em Copenhaga, no Parlamento dinamarquês, numa Conferência destinada a debater esses cenários energéticos para a região do Báltico, bem como para o conjunto da União Europeia. No meu caso, apresentei a minha visão dos cenários em discussão articulando-os com orientações de carácter tecnológico e de apoio aos países em desenvolvimento, já aprovadas no Parlamento Europeu (nomeadamente através de relatórios do luxemburguês Claude Turmes e do polaco Jerzy Buzek).

B - No plano social, prossegue uma forte discussão na Europa. Neste contexto intervim em Bruxelas no Congresso Europeu das Cooperativas, falei numa Conferência em Londres realizado no Royal Bank of Scotland, para responsáveis de organizações sociais de vários Estados europeus, bem como dos Estados Unidos, tendo sido entretanto nomeado relator do Grupo Socialista sobre Economia Social, relatório de iniciativa do Parlamento Europeu. Fui ainda convidado para intervir no 2º Fórum dos Serviços Sociais de Interesse Geral, a realizar em Paris, o qual dará continuidade ao 1º Fórum promovido em Lisboa, pela Presidência Portuguesa da União Europeia (Ministro Vieira da Silva), com o apoio da Comissão Europeia e por recomendação do autor destas linhas, oportunamente aprovada no Parlamento Europeu.

C - A defesa dos consumidores é uma das preocupações essenciais do Parlamento Europeu, integrada no próprio processo de construção do mercado interno. Neste âmbito, a Directiva sobre “Timeshare” e Clubes de Férias mereceu uma aprofundada discussão no Parlamento Europeu, tendo-se chegado a uma solução que beneficia e protege significativamente os clientes/consumidores, sendo também razoavelmente equilibrada para as empresas que cumprem as regras. Há períodos claros para anulação do contrato por parte de clientes/consumidor, seja sem justificação (num período inicial) seja por incumprimento da empresa (em períodos que ultrapassem, num caso os três meses e, noutros, um ano).

D - Mercado Interno e Protecção dos Consumidores, Emprego e Assuntos Sociais, Ciência e Tecnologias são aspectos decisivos que integram o trabalho de parlamentar europeu. Sem esquecer o relacionamento externo com outras áreas do mundo, do qual um dos instrumentos é a Assembleia Parlamentar Euro-mediterrânica, que recentemente reuniu na Jordânia e na qual, para além de mim e de Jamila Madeira, participaram também os deputados à AR Alberto Antunes, Agostinho Gonçalves e Fernando Negrão.

APRESENTADO DOCUMENTO SOBRE FUTURA POLÍTICA COMUM DE PESCAS

O Comissário responsável pelas pescas, Joe Borg, apresentou, na Comissão das Pescas do Parlamento Europeu, o primeiro documento de reflexão sobre o futuro da política comum das pescas. Paulo Casaca, membro da Comissão de Pescas e também do Controlo Orçamental, considerou que o documento de reflexão da Comissão confunde o alto nível de centralização legislativo no sector em Bruxelas com um elevado nível de integração da política, a qual actualmente “não existe”. Como exemplos da falta de integração, o deputado citou o facto de se fixarem quotas de capturas de peixe sem se atender ao efeito destas no aumento do volume de rejeições de pescado.

Por outro lado, o documento parte do princípio que as populações de peixes constituem um recurso verdadeiramente



Paulo Casaca criticou alguns aspectos do documento da Comissão sobre a futura política de pescas

internacional, no sentido em que elas ignoram fronteiras nacionais e dependem de ecossistemas marinhos partilhados, o que se compreende no âmbito de uma aproximação em relação ao mar do Norte, mas que não faz sentido nos Açores, onde o ecossistema está bem identificado e em que, salvo as espécies altamente migratórias, a maioria das capturas se fazem sobre recursos locais.

O deputado açoriano manifestou também uma oposição frontal ao princípio do comércio livre de quotas de pesca na União Europeia e juntou a sua voz à da maioria de deputados que considera necessário passar do modelo de controlo de quotas de peixe capturado para um modelo de controlo de esforço de pesca.

Paulo Casaca reivindicou também a aplicação dos princípios da Política Comum das Pescas a uma gestão tão localizada e integrada quanto possível. A terminar, o deputado lembrou a necessidade de se respeitarem, também no fundo das pescas, as novas normas da regulamentação em vigor que impõem a publicação da lista de beneficiários dos fundos comunitários, bem como as operações e os montantes envolvidos.

FICHA TÉCNICA

Edição Grupo Parlamentar do PS no Parlamento Europeu

Editor Paulo Pisco

Layout e Paginação Gabinete de Comunicação do PS

Periodicidade Mensal

Tel. 213 822 000

Fax. 213 822 023

Email ppisco@ps.pt

Endereço Acção Socialista – Largo do Rato nº 2, 1269-123 Lisboa

CONTACTOS DOS DEPUTADOS:

www.delegptpe.eu Página dos Socialistas Portugueses no Parlamento Europeu

Edite Estrela - Presidente da Delegação Socialista; Direitos da Mulher e Igualdade de Géneros (1ª vice-presidente); Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar; Alterações Climáticas

Ana Gomes - Assuntos Externos; Segurança e Defesa (vice-presidente); Desenvolvimento; Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros

Capoulas Santos - Agricultura; Pescas; Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar; Alterações Climáticas

Elisa Ferreira - Assuntos Económicos e Monetários; Comércio Internacional

Emanuel Jardim Fernandes - Transportes e Turismo; Desenvolvimento Regional; Pescas

Francisco Assis - Comércio Internacional; Assuntos Externos; Direitos do Homem

Jamila Madeira - Desenvolvimento Regional; Emprego e Assuntos Sociais

Joel Hasse Ferreira - Emprego e dos Assuntos

Sociais; Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores

Manuel dos Santos - Assuntos Económicos e Monetários; Indústria, Investigação e Energia

Paulo Casaca - Controlo Orçamental (Coordenador do Grupo Socialista); Orçamentos; Pescas

Sérgio Sousa Pinto - Assuntos Constitucionais; Cultura e Educação

Armando França - Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos; Transportes e Turismo

ENDEREÇOS ÚTEIS

www.socialistgroup.org - Página do Grupo Socialista no Parlamento Europeu

www.pes.org - Página do Partido Socialista Europeu

www.socialistinternational.org - Página da IS

www.ps.pt - Página do Partido Socialista

www.europarl.eu.int - Página do PE

www.europa.eu.int - Portal da União Europeia

EUROSÍNTESE

JORGE SAMPAIO DISCURSA NO PE

O Alto Representante da ONU para a Aliança das Civilizações, Jorge Sampaio, instou a comunidade internacional a implementar novas políticas para fomentar o diálogo intercultural. O antigo Presidente da República foi recebido no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, numa sessão solene no âmbito do Ano Europeu do Diálogo Intercultural. Na sua intervenção, considerou necessário "desenvolver a participação e a cidadania democrática", "a educação orientada para os direitos humanos e para o respeito pelos outros" e "criar estratégias urbanas e políticas para o diálogo intercultural". O Alto Representante para a Aliança das Civilizações referiu igualmente a importância fundamental dos valores e da identidade europeus como a democracia, o Estado de Direito, os direitos humanos e o respeito pela diversidade cultural, mas também a justiça e coesão sociais.

ANA GOMES ACTIVISTA DO ANO

A deputada Ana Gomes foi eleita pelos seus pares do Parlamento Europeu a "Activista do Ano", no contexto dos "Prémios Eurodeputados 2008", organizado pela revista "The Parliament". O prémio baseou-se nas posições que Ana Gomes assumiu na defesa dos Direitos Humanos na China e em África e ainda pelas recomendações que fez relativamente à actualização da União Europeia no Iraque, no quadro dos relatórios de que foi autora sobre "A política da China e os seus efeitos em África" e "O papel da União Europeia no Iraque".

ALARGAR APLICAÇÃO DA TAXA DE IVA REDUZIDA

O deputado Joel Hasse Ferreira foi nomeado relator do Grupo do PSE sobre "A aplicação de uma taxa de IVA reduzida". O relatório vai analisar e aperfeiçoar a proposta da Comissão Europeia para alterar a Directiva de 2006 sobre o IVA, que tem como objectivo o alargamento da gama de produtos e serviços aos quais é possível aplicar uma taxa de IVA reduzida. No futuro, os Estados-membros que decidirem alargar a aplicação de uma taxa de IVA reduzida a mais produtos essenciais terão o seu enquadramento facilitado pela nova Directiva.

POLÍTICA COMUM DE IMIGRAÇÃO

A deputada Jamila Madeira foi designada relatora do parecer da Comissão do Emprego para o relatório sobre "Uma política comum de imigração para a Europa: princípios, acções e instrumentos". O relatório vai incidir sobre a proposta da Comissão Europeia que pretende lançar as bases de uma política europeia comum em matéria de imigração assente nos princípios da prosperidade, solidariedade e segurança, mas também para tornar mais eficaz a luta contra a imigração ilegal.

LUTA CONTRA O TABAGISMO

A deputada Edite Estrela promoveu, em Bruxelas, a apresentação do projecto PESCE – Clínicos Gerais e Economia da Abstinência Tabágica na Europa. O projecto, apoiado pelo programa de acção comunitária no âmbito da Saúde Pública (2003-2008), foi desenhado com o objectivo de identificar os elementos mais eficazes na prevenção e cessação do tabagismo. A apresentação contou com a presença de vários especialistas estrangeiros e portugueses, com destaque para o professor António Vaz Carneiro, da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

REFORÇAR COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

O deputado Armando França foi designado pelo grupo do PSE para acompanhar o relatório relativo à criação de uma rede judiciária europeia em matéria civil e comercial. A proposta tem como objectivo reforçar o papel da rede de actividades que permitam facilitar a cooperação judiciária entre os Estados-membros e, particularmente, a aplicação concreta pelos juizes e outros profissionais do Direito dos actos comunitários e das convenções em vigor entre os Estados-membros. O reforço da cooperação judiciária é fundamental para uma justiça mais eficaz e mais célere em toda a União Europeia.

LIGAR MAIS A EUROPA À UCRÂNIA

O deputado Francisco Assis defendeu no plenário de Estrasburgo que a União Europeia deve continuar a promover formas de cooperação que contribuam para o desenvolvimento e a estabilização da Ucrânia. "Temos, do lado da União Europeia, a obrigação de não ignorar a pretensão formulada por larguíssimos sectores da sociedade ucraniana de reforçar as ligações ao espaço europeu", disse. Segundo afirmou, o incremento das trocas comerciais, nomeadamente no sector dos serviços, pode concorrer decisivamente para a modernização do país.

SOCIALISTAS EUROPEUS GARANTEM AJUDAS A PEQUENOS AGRICULTORES

O trabalho e o emprego como factores de ponderação para a atribuição das ajudas e a manutenção dos apoios aos pequenos agricultores, evitando a exclusão das ajudas comunitárias para cerca de 30 por cento dos agricultores europeus, são alguns dos aspectos que os socialistas europeus conseguiram consagrar no relatório sobre o exame de saúde da PAC, de que é relator o deputado Capoulas Santos.

O relatório, que foi aprovado na Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu, consagra ainda a criação de um novo sistema de seguros e de fundos mútuos para responder a crises e riscos na agricultura, com co-financiamento comunitário.

Capoulas Santos considerou igualmente importante aquilo que disse ser uma "surpreendente aceitação" pela Comissão de Agricultura da proposta de taxas de modulação mais altas das que o Parlamento Europeu havia aprovado em Março passado, passando a exigir-se uma maior contribuição para o reforço do financiamento do desenvolvimento rural aos maiores beneficiários das ajudas comunitárias.

Com efeito, a proposta de forte redução das ajudas directas aos agricultores para reforçar os programas nacionais de desenvolvimento rural foi uma das matérias que mais polémica causou. O compromisso alcançado pede que a taxa actual de 5 por cento de modulação para os agricultores que recebem mais de 5.000 euros de ajudas da União



Capoulas Santos é autor do relatório do Parlamento Europeu sobre a reforma da PAC

Europeia não ultrapasse um aumento de até 7 por cento até 2013 (em vez dos 13 por cento propostos pela Comissão), com uma taxa de redução superior para as explorações que recebem mais de 100.000 euros, que vai de um acréscimo de 1 por cento para as que obtêm entre 100.000 euros e 200.000 euros, até 9 por cento para as que têm mais de 300.000 euros de ajudas.

Apesar de terem sido aprovadas algumas propostas de Capoulas Santos para travar a deriva liberal da Comissão Europeia face à reforma do sector do leite, o deputado lamentou que a Comissão de Agricultura tenha ido mais longe do que o desejável ao pro-

por que as quotas de leite não utilizadas por determinados Estados-membros possam sê-lo por outros, o que pode ter consequências negativas para algumas regiões menos competitivas.

No entanto, deve salientar-se que foi também aprovado um novo fundo para apoiar o sector do leite e novas ajudas

financeiras para o apoio deste e de outros sectores e ou regiões economicamente mais frágeis.

Referência ainda para o facto de, na proposta de reforma do relatório de Capoulas Santos ocuparem um lugar central as medidas para responder aos desafios das alterações climáticas, designadamente através da adopção de políticas viradas para as energias renováveis e para a sustentabilidade ambiental e para uma gestão da água e da biodiversidade mais eficiente e para a prevenção de riscos de inundações. A aprovação final do relatório de Capoulas Santos será na sessão plenária de 19 de Novembro.

EUROPA PREPARA ABORDAGEM INTEGRADA PARA DESENVOLVER REGIÕES COSTEIRAS

O Parlamento Europeu quer que a Comissão Europeia e os Estados-membros adoptem uma abordagem integrada do desenvolvimento das zonas costeiras, levando em consideração as potencialidades dos diversos sectores nas estratégias adoptadas nos projectos de investimentos.

Esta orientação consta do relatório sobre "Os aspectos de desenvolvimento regional do impacto do turismo nas regiões costeiras", de que é autora a deputada Jamila Madeira e que foi já apresentado na Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu e pretende minorar os impactos negativos da adopção de estratégias e investimentos fragmentados nas zonas costeiras.

"A acção fragmentada e sectorial da União Europeia deixa desde logo antever alguns problemas que se traduzem na falta de coerência nas estratégias seguidas na aplicação das várias políticas e numa amálgama de programas e formas de apoio ao turismo que acabam por se prejudicar reciprocamente", afirma Jamila Madeira.

O relatório da deputada chama a atenção para a forte ligação entre o ambien-



Jamila Madeira é autora do relatório sobre o impacto do turismo nas regiões costeiras

te e o turismo costeiro, recomendando, por isso, a introdução após 2013 da sustentabilidade ambiental como princípio de base das intervenções dos Fundos Estruturais para as zonas costeiras, não só para o Objectivo Competitividade e Emprego, mas também para as regiões do Objectivo Convergência. A deputada defende também a criação de um Fundo Litoral Europeu.

Por outro lado, a Comissão Europeia deverá incluir na sua política de clusters marítimos os serviços e os sectores industriais relevantes para o turismo litoral, e aprofundar um pilar do conhecimento no desenvolvimento integrado das zonas costeiras através da criação

de uma rede europeia sectorial sob o guarda-chuva do Instituto Europeu da Tecnologia e do Sétimo Programa Quadro em matéria de investigação e desenvolvimento.

Assim, a deputada defende a adopção de medidas concretas para que a aplicação dos fundos já existentes para o sector do turismo costeiro se torne mais eficaz, não havendo, por consequência, "especial necessidade de instrumentos novos, mas sim de uma abordagem integrada e coerente do sector, catalisando os instrumentos já existentes ao serviço de uma estratégia e de um objectivo comum".

Os 27 Estados-membros da União Europeia têm cerca de 89.000 km de orla costeira, calculando-se que cerca de 75 por cento da humanidade viva nestas zonas.

Os chefes de Estado e de Governo inseriram no Tratado de Lisboa um artigo que confere mais competências à União Europeia, particularmente ao Parlamento Europeu, no domínio da política do turismo, o que permitirá a preparação de novas estratégias para aplicação dos fundos comunitários de uma forma mais eficaz.